
***Cooperativa Central de
Crédito do Estado de São
Paulo - SICOOB SÃO PAULO***

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associadas
Cooperativa Central de Crédito do Estado de
São Paulo - SICOOB SÃO PAULO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Cooperativa Central de Crédito do Estado de
São Paulo - SICOOB SÃO PAULO

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

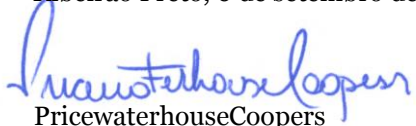
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

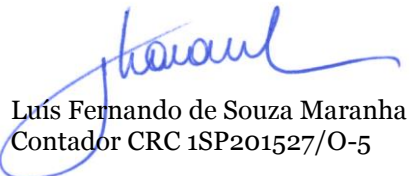


Cooperativa Central de Crédito do Estado de
São Paulo - SICOOB SÃO PAULO

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 6 de setembro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Luís Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração das sobras	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	6
1 Contexto operacional	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	6
3 Caixa e equivalentes de caixa	9
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	10
5 Títulos e valores mobiliários	11
6 Outros créditos	12
7 Outros valores e bens	12
8 Investimentos	12
9 Imobilizado	13
10 Intangível	14
11 Depósitos a prazo	14
12 Relações interfinanceiras - Centralização financeira	15
13 Outras obrigações	15
14 Patrimônio líquido	16
15 Dispêndios administrativos	17
16 Outros ingressos operacionais	18
17 Outros dispêndios operacionais	18
18 Partes relacionadas	19
19 Instrumentos financeiros	22
20 Gerenciamento de riscos	22
21 Gerenciamento de capital	23
22 Garantias prestadas	24
23 Cobertura de seguros	24

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo -
Sicoob São Paulo**

Balço patrimonial em 30 de junho
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		27	5	Depósitos a prazo	11	4.450.497	3.541.734
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.355.607	3.605.690	Relações interfinanceiras	12	166.546	245.720
Títulos e valores mobiliários	5	241.869	140.166	Obrigações sociais e estatutárias	13	5.201	5.204
Outros créditos	6	225	732	Obrigações fiscais e previdenciárias	13	113	123
Outros valores e bens	7	35	37	Outras obrigações	13	543	531
		<u>4.597.763</u>	<u>3.746.630</u>			<u>4.622.900</u>	<u>3.793.312</u>
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	703	242.917	Depósitos a prazo	11	700	242.742
Títulos e valores mobiliários	5	107.592	155.810	Obrigações sociais e estatutárias	13	595	794
Outros créditos	6	4.096	3.862	Obrigações fiscais e previdenciárias	13	12.129	11.412
Outros valores e bens	7	1.517	1.517			<u>13.424</u>	<u>254.948</u>
		<u>113.908</u>	<u>404.106</u>	Total do passivo		<u>4.636.324</u>	<u>4.048.260</u>
Permanente				Patrimônio líquido	14		
Investimentos	8	169.851	135.837	Capital social		197.016	194.377
Imobilizado de uso	9	2.685	2.612	Reserva legal		16.199	13.934
Intangível	10	7	18	Reserva de contingência		20.882	17.861
		<u>172.543</u>	<u>138.467</u>	Sobras acumuladas		13.793	14.771
						<u>247.890</u>	<u>240.943</u>
Total do ativo		<u>4.884.214</u>	<u>4.289.203</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>4.884.214</u>	<u>4.289.203</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo -
Sicoob São Paulo**

Demonstração das sobras
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos de intermediação financeira			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		232.884	231.167
Títulos e valores mobiliários		16.939	18.244
		<u>249.823</u>	<u>249.411</u>
Dispêndios de intermediação financeira			
Operações de captação no mercado		(242.909)	(237.559)
		<u>6.914</u>	<u>11.852</u>
Resultado bruto de intermediação financeira			
		<u>6.914</u>	<u>11.852</u>
Outros ingressos (dispêndios) operacionais			
Dispêndios com pessoal		(1.921)	(1.895)
Dispêndios administrativos	15	(1.487)	(1.284)
Dispêndios de depreciação e amortização		(106)	(139)
Resultado de participação societária	8(a)	10.082	6.627
Outros ingressos operacionais	16	2.922	3.823
Outros dispêndios operacionais	17	(2.611)	(4.217)
		<u>6.879</u>	<u>2.915</u>
Resultado operacional		<u>13.793</u>	<u>14.767</u>
Receitas não operacionais, líquidas			<u>6</u>
Sobras/Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>13.793</u>	<u>14.773</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre atos não cooperativos			<u>(2)</u>
Sobras do semestre		<u><u>13.793</u></u>	<u><u>14.771</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo -
Sicoob São Paulo**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>					<u>Total</u>
	<u>Nota</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>JCP a Integralizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de contingência</u>	
Em 31 de dezembro de 2015		177.387	13.816	13.934	17.861	232.572
Deliberações da assembleia geral ordinária:						
Distribuição das sobras	14.3					(9.574)
Integralização de juros sobre o capital próprio		13.816	(13.816)			
Integralização de capital	14.1	3.174				3.174
Sobras do semestre						14.771
		<u>194.377</u>	<u> </u>	<u>13.934</u>	<u>17.861</u>	<u>240.943</u>
Em 30 de junho de 2016		195.816		16.199	20.882	241.959
Deliberações da assembleia geral ordinária:						
Distribuição das sobras	14.3					(9.062)
Integralização de capital	14.1	1.200				1.200
Sobras do semestre						13.793
		<u>197.016</u>	<u> </u>	<u>16.199</u>	<u>20.882</u>	<u>247.890</u>
Em 30 de junho de 2017						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo -
Sicoob São Paulo**

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras do semestre	13.793	14.771
Ajustes		
Depreciação e amortização	106	139
Dividendos recebidos		(1.434)
Resultado de participação em controlada	<u>(10.082)</u>	<u>(6.627)</u>
	3.817	6.849
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	505.991	(167.152)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(38.386)	(43.682)
(Aumento) redução em outros ativos	141	(1.261)
Aumento de depósitos	80.193	666.878
Aumento de relações interfinanceiras	21.142	40.982
Redução de outras obrigações	<u>(529)</u>	<u>(440)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>572.369</u>	<u>502.174</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(17.915)	(11.936)
Dividendos recebidos	15.249	12.925
Aquisição de imobilizado de uso	<u>(243)</u>	<u>(67)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(2.909)</u>	<u>922</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	1.200	3.174
Distribuição de sobras	<u>(9.062)</u>	<u>(9.574)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(7.862)</u>	<u>(6.400)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	561.598	496.696
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<u>3.159.870</u>	<u>2.033.288</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (Nota 3)	<u><u>3.721.468</u></u>	<u><u>2.529.984</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto - SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução n^o 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (Nota 18).

A Resolução CMN n^o 4.151 de 30 de outubro de 2012 e a Circular n^o 3.669 de 2 de outubro de 2013, requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo n^o 5.764/71 e normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2017.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (Nota 3).

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de Crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.2.4 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.2.5 Imobilizado de uso

Edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em Receitas não operacionais, líquidas.

2.2.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.2.8 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

2.2.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: (i) os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, além da natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da administração. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Quando não há possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Cooperativa, os mesmos são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente.

2.2.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 17%. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação. A Cooperativa não teve operações consideradas como atos não cooperativos no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 2 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

2.2.13 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades	27	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	3.645.091	2.452.764
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>76.350</u>	<u>77.215</u>
	<u><u>3.721.468</u></u>	<u><u>2.529.984</u></u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente às disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário - CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, efetuadas no BANCOOB (Nota 18.1), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e 100% da SELIC respectivamente.

Modalidade	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro – LFT – Compromissada BANCOOB	30.616	71.143
CDI – Pós-fixada	4.325.694	3.777.464
	<u>4.356.310</u>	<u>3.848.607</u>
Ativo circulante	<u>(4.355.607)</u>	<u>(3.605.690)</u>
Realizável a longo prazo	<u>703</u>	<u>242.917</u>

Em 30 de junho de 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas no Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do segundo semestre de 2018 (2016 - a partir do segundo semestre de 2017), como segue:

	2017	2016
2017		161.905
2018	271	75.211
2019	202	3.549
2020	230	2.252
	<u>703</u>	<u>242.917</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (a)	236.835	186.155
Certificados do Tesouro Nacional – ECTN (b)	36.276	32.606
Fundo de Centralização Financeira (c)	74.576	75.648
Fundo de Renda Fixa	1.774	1.567
	349.461	295.976
Ativo circulante	(241.869)	(140.166)
Realizável a longo prazo	107.592	155.810

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a:

(a) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.

(b) Certificados do Tesouro Nacional

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de Cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(c) Fundo de Centralização Financeira

Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da SICOOB SÃO PAULO e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Em 30 de junho de 2017, os títulos e valores mobiliários classificados no Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do segundo semestre de 2018 (2016 - prevista a partir do segundo semestre de 2017), como segue:

	2017	2016
2017		76.188
2018	4.460	24.909
2019	41.902	
2020	61.230	54.713
	107.592	155.810

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos e valores mobiliários que atendem o conceito de equivalentes de caixa foram assim considerados conforme Nota 3 acima.

6 Outros créditos

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos a funcionários	90	90
Depósitos judiciais	4.096	3.862
Devedores diversos	135	642
	4.321	4.594
Ativo circulante	(225)	(732)
Realizável a longo prazo	<u>4.096</u>	<u>3.862</u>

7 Outros valores e bens

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bens não de uso próprio – Imóvel	1.517	1.517
Despesas antecipadas	35	37
	1.552	1.554
Ativo circulante	(35)	(37)
Realizável a longo prazo	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>

8 Investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB	141.139	109.977
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB CONFEDERAÇÃO (i)	28.485	25.832
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC	214	15
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB CORRETORA	12	12
	<u>169.851</u>	<u>135.837</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Cooperativa recebeu o montante de R\$ 2.653 referente a sobras distribuídas pela Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. com imediata integralização de capital social (2016 - R\$ 2.269 referente a sobras distribuídas, das quais R\$ 446 com imediata integralização de capital social).

Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB (Nota 18.1)

<u>Modalidade</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2016	50.278	103.351
Aquisições de ações	6.250	11.490
Resultado de equivalência patrimonial		6.627
Dividendos recebidos		(11.491)
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>56.528</u>	<u>109.977</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	62.824	131.058
Aquisições de ações	8.183	15.248
Resultado de equivalência patrimonial		10.082
Dividendos recebidos		(15.249)
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>71.007</u>	<u>141.139</u>

9 Imobilizado

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>		<u>2016</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Imobilizações em curso				28	
Edificações	2.500	(374)	2.126	2.226	4%
Instalações	6	(2)	4	5	10%
Móveis e equipamentos de uso	369	(120)	249	187	10%
Sistema de comunicação	47	(23)	24	26	10%
Sistema de processamento de dados	562	(423)	139	139	20%
Veículos	151	(8)	143	1	20%
	<u>3.635</u>	<u>(950)</u>	<u>2.685</u>	<u>2.612</u>	

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

Modalidade	2017		2016		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Licença de uso de sistema computacional	40	(33)	7	12	10%
Softwares	81	(81)		6	50%
	<u>121</u>	<u>(114)</u>	<u>7</u>	<u>18</u>	

11 Depósitos a prazo

11.1 Composição por prazo de vencimento

Vencimento em dias	2017	2016
Até 30	3.746.846	2.510.911
31 a 60	6.849	129.516
61 a 90	5.528	179.554
91 a 180	120.769	408.997
181 a 360	570.505	312.756
Acima 360	700	242.742
	<u>4.451.197</u>	<u>3.784.476</u>
Passivo circulante	<u>(4.450.497)</u>	<u>(3.541.734)</u>
Exigível a longo prazo	<u>700</u>	<u>242.742</u>

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

11.2 Concentração de depósitos a prazo

	2017		2016	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	2.136.399	48	1.775.391	47
Dois maiores depositantes	2.678.752	60	2.333.861	62
Dez maiores depositantes	4.182.085	94	3.635.695	96

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Relações interfinanceiras - Centralização financeira

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Centralização financeira de cooperativas	<u>166.546</u>	<u>245.720</u>

A circular nº 3.238, de 17 de maio de 2004, emitida pelo Banco Central do Brasil, criou, no plano contábil das instituições financeiras - COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o SICOOB SÃO PAULO.

13 Outras obrigações

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Sociais e Estatutárias				
Fundo de Assistência Técnica, Educativa e Social (Nota 14.2)	5.003		4.849	
Cotas de capital a pagar	<u>198</u>	<u>595</u>	<u>355</u>	<u>794</u>
	<u>5.201</u>	<u>595</u>	<u>5.204</u>	<u>794</u>
Fiscais e Previdenciárias				
Provisões tributárias (a)		11.929		11.212
Provisões trabalhistas e cíveis (b)		200		200
Impostos e contribuições a recolher	<u>113</u>		<u>123</u>	
	<u>113</u>	<u>12.129</u>	<u>123</u>	<u>11.412</u>
Diversas				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	454		447	
Outras	<u>89</u>		<u>84</u>	
	<u>543</u>		<u>531</u>	
	<u>5.857</u>	<u>12.724</u>	<u>5.858</u>	<u>12.206</u>

(a) Ações tributárias

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa, autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente depósitos

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

judiciais de R\$ 4.050 em 30 de junho de 2017 (2016 - R\$ 3.820). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira da cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas.

Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil, ainda não foram pacificados. Portanto, em 30 de junho de 2017, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 11.929 (2016 - R\$ 11.212), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite com exceção do processo referente ao auto de infração da CSLL.

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A Cooperativa está discutindo na justiça ações de natureza trabalhista e cível, e que na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. Desta forma, em 30 de junho de 2017, a administração optou pela constituição de provisão para contingências no montante de R\$ 200 (2016 - R\$ 200). Em 30 de junho de 2017, a Cooperativa mantém depósitos judiciais parciais em relação a esses processos judiciais, no montante de R\$ 46 (2016 - R\$ 42).

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 30 de junho de 2017, o capital social era de R\$ 197.016 (2016 - R\$ 194.377). Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Cooperativa contava com 16 associadas.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.200 (2016 - R\$ 3.174), com recursos provenientes de aporte de capital das cooperativas singulares associadas.

14.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o artigo nº 32 do estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida terá a seguinte destinação:

- Reserva Legal: constituída em montante equivalente a 15% das sobras do exercício.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Reserva de Contingência: constituída em montante equivalente a 20% das sobras do exercício. O Fundo de Contingência ou Liquidez é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinado para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual.
- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: constituído em montante equivalente a 5% das sobras do exercício. É destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com não cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados; e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

14.3 Aprovação das destinações

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2016 e de 2015 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 28 de abril de 2017 e 29 de abril de 2016, respectivamente.

15 Dispêndios administrativos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processamento de dados	43	29
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	401	173
Serviços técnicos especializados	1	18
Vigilância e segurança	139	120
Despesas de comunicações	44	43
Outras despesas administrativas	859	901
	<u>1.487</u>	<u>1.284</u>

16 Outros ingressos operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Distribuição de sobras do SICOOB CONFEDERAÇÃO	2.653	2.269
Atualização monetária de depósitos judiciais	105	36
Dividendos recebidos da Sicoob Corretora	83	1.434
Comissões recebidas da Sicoob Corretora	5	
Remuneração do capital social junto a CNAC	14	
Recuperação de encargos e despesas	62	84
	<u>2.922</u>	<u>3.823</u>

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Outros dispêndios operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Correção provisões passivas	222	136
Contrib. Fundo Tecnologia da Informação (i)	2.324	2.258
Contrib. Fundo Gestão Bens não de uso (ii)		1.823
Outros dispêndios operacionais	<u>65</u>	
	<u>2.611</u>	<u>4.217</u>

- (i) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sistema Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICOOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.
- (ii) Referem-se a contribuições das cooperativas centrais filiadas ao SICOOB Confederação, realizadas em uma única parcela, na proporção correspondente ao número de pontos de atendimento de cada Sistema Local, que utilizavam e participavam do rateio da taxa de manutenção do Sistema de Informática do Sicoob (Sisbr) em 31 de dezembro de 2015. São destinadas ao Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio criado na 14ª Assembleia Geral Ordinária do SICOOB Confederação, realizada em 9 de março de 2016. O prazo de duração do Fundo é de cinco anos, contado a partir de 1º de abril de 2016, e quando da sua liquidação, as contribuições iniciais serão devolvidas às cooperativas centrais filiadas participantes. Em 15 de março de 2017, o Sicoob Confederação atualizou, através da Resolução 191, o regulamento do Fundo, passando o prazo de duração para quinze anos e sua liquidação antecipada deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

18 Partes relacionadas

18.1 Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação.

A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o SICOOB SÃO PAULO, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.355.607	3.605.690
Títulos e valores mobiliários	74.576	75.648
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	703	242.917
Investimentos (Nota 8)	141.139	109.977
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	232.884	231.167
Títulos e valores mobiliários	2.791	3.427
Resultado de participação em controlada (Nota 8(a))	10.082	6.627

18.2 Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria.

Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (Nota 8)	28.485	25.832
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 16)	2.653	2.269
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do Sicoob Confederação (a)	493	522
Taxa manutenção mensal do SISBR (a)		18
Contrib. fundo tecnologia da informação (Nota 17)	2.324	2.258
Contrib. fundo gestão bens não de uso (Nota 17)		1.823

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Rateios de dispêndios do Sicoob Confederação

Em 14 de dezembro de 2016, o Sicoob Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do Sicoob Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contempla as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contempla as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, alugueis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

18.3 Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O SICOOB SÃO PAULO possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 16 cooperativas singulares filiadas ao SICOOB SÃO PAULO.

As cooperativas de crédito singulares do SICOOB SÃO PAULO são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (Nota 11)	(4.450.497)	3.541.734
Relações interfinanceiras (Nota 12)	166.546	245.720
Não circulante		
Depósitos a prazo (Nota 11)	700	242.742
(ii) Principais operações		
Resultado		
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo	236.044	223.549
Dispêndios de depósitos intercooperativos	6.866	14.010

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.4 Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB CORRETORA

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB CORRETORA é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Sicoob.

Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (Nota 8)	12	12
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 16)	88	1.434

18.5 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no primeiro semestre de 2017, montaram a R\$ 220 (2016 - R\$ 204).

19 Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20 Gerenciamento de riscos

20.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SÃO PAULO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SÃO PAULO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- (a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- (b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- (c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Cooperativa Central de Crédito do estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

23 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada.

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante máximo da cobertura</u>
Veículos	Colisão, Incêndio, Roubo, Danos Materiais, Corporais, Morte e Invalidez	142
Imóvel	Incêndio, Explosão de qualquer natureza, Danos Elétricos e Outros	3.027

* * *